



VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**GESTÃO SOCIAL E TECNOLOGIA SOCIAL
POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E
CONCEITUAIS**

GISLEINE DO CARMO, VÂNIA APARECIDA REZENDE, JOSÉ ROBERTO PEREIRA

GT 4 PLANEJAMENTO PÚBLICO, GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

Gestão Social e Tecnologia Social: Possibilidades de Aproximações Teóricas e Conceituais

Resumo: O presente trabalho consiste em um ensaio acerca da possibilidade de aproximações teórico-conceituais dos temas Gestão Social e Tecnologia Social. A Gestão Social é pensada como uma tomada de decisão coletiva, sem coerção, fundamentada no diálogo e entendimento, sendo transparente e voltada para o bem comum. A Tecnologia Social configura uma forma de criar, desenvolver, executar e gerenciar uma tecnologia destinada à resolução de problemas sociais que visam à inclusão social, com base na cooperação. Partindo desses conceitos foram abordadas as principais categorias teóricas semelhantes e essenciais na elaboração dos construtos. Percebeu-se, portanto, que há uma aproximação entre as teorias quando seus objetivos convergem para a resolução de problemas sociais, na medida em que as abordagens dominantes expressam sua incapacidade. Enquanto metodologia, a Tecnologia Social instrumentaliza a Gestão Social, integrando os indivíduos em um processo deliberacionista que une esforços em prol de soluções emancipatórias voltadas para o bem comum.

Palavras-chave: Gestão Social. Tecnologia Social. Aproximações Teóricas. Resolução de problemas.

1 Introdução

A área de conhecimento da Gestão Social tem, nas duas últimas décadas, grandes marcos de desenvolvimento e sua busca por uma consolidação teórica. Sempre referenciada a partir de Tenório (1998), como um texto já considerado seminal para esse campo de estudos, pode-se identificar em sua construção conceitual trabalhos que se tornaram norteadores para debater a temática (TENÓRIO, 1998; TENÓRIO, 2008; CANÇADO, 2011; OLIVEIRA, CANÇADO, PEREIRA, 2010; CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011).

Ao adentrar as inspirações teóricas da Gestão Social, a abordagem habermasiana se apresenta de forma sublimar propondo possibilidades de interlocução conceitual a partir de marcos teóricos como a dialogicidade, que na teoria habermasiana promove espaços deliberativos, livres de coerção (OLIVEIRA, CANÇADO, PEREIRA, 2010; CAMPOS E SILVA, 2020).

Gestão Social e sua inconclusão, conforme Tenório e Araújo (2020) tem, inquestionavelmente, seu papel na agenda da academia brasileira, porém, alertam os autores, que não é unânime sua compreensão, como também é desconhecido por grande parte da mesma academia. Igualmente, para Oliveira (2012), no que tange a nomenclatura Gestão Social, concorda com a imprecisão do termo social, que reflete o seu caráter ainda impreciso. Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020) constatarem que houve uma evolução do conceito, estando ele atualmente em um estado de maturação, com uma trajetória futura em busca de consenso entre os pesquisadores. Por outro lado, Tenório (2008a) já alertava que o adjetivo social qualificando “gestão” seria entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhuma coação.

Apesar de seus desafios em busca de certa robustez conceitual é fato que sua sustentação teórica, mesmo perante às críticas, tem propiciado espaços importantes de visibilidade, estando presente em grandes congressos e periódicos no país.

Cançado, Pereira e Tenório (2015) afirmam que a construção do campo da Gestão Social mostra-se urgente, dado seu contexto de desenvolvimento e a hegemonia do pensamento da gestão estratégica no meio acadêmico. Nesse sentido, ressaltam a necessidade e importância de aprimoramento de suas análises teóricas, que permitam novas contribuições e olhares, inclusive com a sugestão de novas categorias. A Gestão Social se estabelece na medida em que o “mercadocentrismo” apresenta deficiências na conjuntura atual, possibilitando debates em torno da promoção de uma sociedade mais equitativa e sustentável (CANÇADO, VILLELA E SAUSEN, 2016).

Segundo Campos e Silva (2020) os objetos de intervenção da gestão social, caracterizando a relação *gestão de quê*, se apresentam por meio de fenômenos heterogêneos e constituem-se em instrumentos institucionalizados ou de não participação política. Nesse sentido identificar uma nova possibilidade de aproximação teórica pode representar um passo agregador na construção da Gestão Social.

Dessa maneira, o presente trabalho propõe articulação entre Tecnologia Social e Gestão Social, suscitando, assim, vários vieses analíticos que podem ser identificados dentro de uma mesma concepção de pensamento, que de forma geral, perpassam conjuntamente pela ideia de uma construção social visando a resolução de problemas.

As tecnologias, muito além do seu caráter econômico, relacionam-se notadamente às construções sociais, mediante trocas mútuas entre atores que desempenham função ativa nos processos. A Tecnologia Social objetiva a melhoria das práticas sociais e contribui para a elaboração de novos significados, unindo os problemas sociais às soluções e permitindo a ampliação dos limites da cidadania (ITS, 2004). Ao analisar o conceito latino americano de Tecnologia Social, Pozzebon e Fontenelle (2018) visualizam seu diferencial no cenário das tradições pós-desenvolvimento. A Tecnologia Social evolui nas discussões acerca dos paradigmas de desenvolvimento e progresso marcados pela cultura e interesses notadamente ocidentais (fonte de desigualdades sociais e econômicas). Para as autoras, a ultrapassagem da mentalidade desenvolvimentista dominante, a partir da realização empírica da Tecnologia Social, propicia processos políticos com oportunidades para reorganizar os arranjos dos grupos sociais, artefatos e métodos do cotidiano que se voltam para a produção e consumo.

Para Jesus e Costa (2013), a Tecnologia Social contradiz o modelo convencional tecnológico e possibilita um método mais sustentável e solidário, pensado para todas as camadas sociais. Dessa forma, ainda segundo os autores, instituições da sociedade civil organizadas podem desenvolver, apropriar-se, ou adequar tecnologias em benefício da coletividade. São exemplos destes espaços: associações de bairro, empreendimentos solidários e organizações não-governamentais. A partir dessa afirmativa sobre Tecnologia Social encontramos eco no posicionamento de Vandenberghe (2015) que percebe Gestão Social como um campo de práticas em busca de teorias. Ainda Oliveira (2012) ilustra como exemplos de espaços e instâncias de participação o orçamento participativo, conselhos gestores, fóruns temáticos, movimentos sociais, e outros. Duque e Valadão (2017) já apontavam para a existência de conexões entre os termos, considerando a Tecnologia Social como um impulso para a Gestão Social.

A mudança de postura do cidadão é percebida quando uma postura passiva que simplesmente espera do Estado a solução de problemas passa a se tornar uma postura emancipatória, que age e exige a participação desse Estado (OLIVEIRA, CANÇADO, PEREIRA, 2010). É nesta perspectiva que desenvolve a finalidade da Gestão Social, propiciando uma nova forma de administrar própria da sociedade civil, uma esfera pública de ação não estatal. O viés econômico na Gestão Social é apenas um meio para a realização dos fins sociais (culturais, políticos, ecológicos), uma inversão completa da gestão estratégica, dominante no contexto das sociedades (FRANÇA FILHO, 2008).

Diante do exposto até aqui, o objetivo deste trabalho foi identificar as possíveis interlocuções e aproximações conceituais entre Gestão Social e Tecnologia Social de forma a identificar aproximações de categorias teóricas. Além dessa Introdução, a seção seguinte apresenta o aprofundamento dos conceitos e teorias dos principais autores que discorrem sobre Tecnologia Social e Gestão Social. Na sequência é realizada a tentativa de aproximação dos dois primeiros conceitos, a partir da análise das categorias teóricas identificadas.

2 Gestão Social: contribuições para um campo de conhecimento

Desde a década de 1990, o tema Gestão Social (GS), em oposição ao ideológico estratégico incorporado pela Administração, começou a ser debatido, avançando para a criação de programas de pesquisa, encontros e periódicos específicos (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011). Vários conceitos passam a derivar dos desdobramentos acadêmicos do termo

GS, contribuindo assim para a sedimentação do campo e o alinhamento entre sociedade e Estado.

A GS é definida como uma tomada de decisão coletiva, que segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011, p.697), é “sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”. Segundo os autores, a GS configura uma alternativa teórica e prática a hegemônica gestão estratégica.

O termo é pensado como um gerir para além da exclusividade do Estado, com demandas sociais supridas pela própria sociedade, auto-organizada (FRANÇA FILHO, 2008). A GS é uma possibilidade de gestão democrática, onde se estabelece o cidadão deliberativo, inclinado para o consenso solidário, para a responsabilidade social (TENÓRIO, 2008b). Ela objetiva a construção de uma nova esfera pública, novos espaços que promovam a aproximação entre população e política. Para Tenório e Araújo (2020) manter a discussão sobre GS na pauta acadêmica se alinha à ideia de um conceito gerencial mais próximo do significado republicano de *res publica*.

Como aponta Cançado, Villela e Sausen (2016), a GS possibilita a interlocução entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, com o objetivo de promover um equilíbrio entre interesses que se correlacionam. De maneira adicional, Lemos e Dechandt (2019) ressaltam que a partir da GS, os processos de desenvolvimento social tornam-se também responsabilidade dos atores aos quais se destinam. Ainda mencionam que a transformação social propiciada pela GS é essencial na inclusão das classes excluídas, diversificando o quadro de atores comprometidos, promovendo igualdade participativa e autonomia nas tomadas de decisão. Mais uma vez depreende-se o protagonismo de cada ator social e seu movimento constante nas deliberações que pretendem o bem comum.

Para Cançado, Pereira e Tenório (2015, 2011), o crescimento de pesquisas acerca da GS no país indica que a sociedade está cada vez mais participando da resolução de seus problemas. É a GS que permite a organização e funcionamento deste cenário, fortalecendo a decisão coletiva e a promoção de processos transparentes. Como Tenório e Araújo (2020) enfatizam, a defesa da construção do conceito de GS reitera que o tipo de gestão lastreada por um modo de produção que reproduz exclusão e desigualdade não é capaz de atender às necessidades sociais.

De acordo com Aguiar-Barbosa e Chim-Miki (2020), existem termos do campo de conhecimento da GS que são consensuais entre diversos autores – democracia, cidadania deliberativa, interesse bem compreendido, dialogicidade, consulta e compartilhamento. Um

conceito integrado sugerido pelas autoras, consiste em dizer que a GS corresponde ao “gerenciamento participativo dos espaços público-privados e suas contingências a fim de emancipar e desenvolver os atores através de benefícios socioeconômicos, sendo, portanto, um modelo de gestão com características próprias” (AGUIAR-BARBOSA E CHIM-MIKI, 2020, p.17).

3 Tecnologia social: bases para a concepção de um conceito

Dagnino (2014b) remete o surgimento do conceito de Tecnologia Social (TS) a partir dos anos 1960 com a origem do termo “Tecnologia Intermediária”, precursora do movimento da Tecnologia Apropriada. A TS se apresenta como um conjunto de autores de um processo de trabalho que modificam um produto suscetível de apropriação a partir da decisão do coletivo. É importante ressaltar que não consiste em mera replicabilidade para contextos semelhantes, uma vez que se faz necessário identificar nos atores dinâmicas específicas que possam comprometer a implementação de uma mesma solução (SOUZA E POZZEBON, 2020). Thomas (2009) indica que a TS configura uma forma de criar, desenvolver, executar e gerenciar uma tecnologia destinada à resolução de problemas sociais e ambientais, criando, para tanto, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Para Dagnino (2014a), a TS apresenta características essenciais como: propriedade coletiva dos meios de produção; caráter associativista (acordo social); controle autogestionário; e cooperação (voluntariado e participação).

Novaes e Dias (2009) orientam sobre a formulação do conceito de TS. Um dos entendimentos, como mencionado anteriormente, considera a TS como produto da negação ao conceito de Tecnologia Convencional, e outro prisma como resultado do movimento da Tecnologia Apropriada. A Tecnologia Convencional caracteriza aquela tecnologia construída pela e para a grande corporação capitalista, cujos valores dominantes não se adequam a inclusão social (DAGNINO, 2004; NOVAES E DIAS, 2009; FONSECA, 2009). É uma tecnologia excludente; segmentada e alienante; hierarquizada; maximizadora da produtividade; para clientes de renda elevada; e monopolizada pelas grandes potências (FONSECA, 2009).

Ao considerar o segundo entendimento acerca da criação do conceito de TS, Albuquerque (2009) traz a definição sobre a Tecnologia Apropriada, sendo essa uma oposição ao uso intensivo do capital e à eliminação acentuada de mão de obra, desviando da forma como operam as tecnologias de grande escala, originária dos países desenvolvidos. A Tecnologia Apropriada privilegia formas de tecnologia que se adequam às culturas, potencialidades

regionais e meio ambiente. Por assemelhar-se à proposta da TS, Fonseca (2009) vem então explicitar a diferença entre as tecnologias aqui trabalhadas. A Tecnologia Apropriada entende que existe uma inadequação tecnológica e em resposta oferece uma solução, uma alternativa tecnológica exógena - normalmente pensada para outra realidade - para um problema social. Já a TS compreende que há uma inadequação sociotécnica, ou seja, há um desajuste proveniente do processo interativo entre tecnologia e sociedade, e isso ocasiona problemas sociais, que passam a ser solucionados partindo de uma construção coletiva com e pelos atores.

Souza e Pozzebon (2020) ao revistar os conceitos de TS, na perspectiva latino-americana, propõem um novo conceito integrativo. Para as autoras, a TS é decorrente de um processo político de reconstrução sociotécnica, cujas práticas sociais engendram as formas e os artefatos, modificando as dinâmicas sociais para a resolução dos problemas e atendimento às necessidades referentes à exclusão e pobreza. A TS é, em sua essência, socialmente construída, vai além das definições de tecnologia “*hard*” ou “*soft*” e começa a envolver os grupos sociais, seus conhecimentos e práticas diversos (POZZEBON E FONTENELLE, 2018).

4 Gestão Social e Tecnologia Social: possibilidades de interlocução

A GS dentro do contexto público apresenta a possibilidade de uma nova abordagem pautada dentro de várias categorias teóricas. A partir da temática desta área acredita-se que a mudança relacional entre sociedade e Estado defendida em sua ampliação conceitual encontra eco na temática da TS. Desta forma este tópico pretende promover uma comunhão ideológica e conceitual entre TS e GS, tendo em vista os conceitos aludidos nas seções anteriores, conforme é mostrado no Quadro 1.

A construção do quadro teórico partiu das proposições de categorias da GS em Cançado, Pereira e Tenório (2015) e de uma revisão da literatura com a busca pelo termo “gestão social” na base de dados *SciELO Citation Index* e de referências pertinentes utilizadas pelos autores mencionados. Partindo desse rol de categorias, procedeu-se com o mesmo procedimento anterior para o termo “tecnologia social” - propostas por Dagnino, seu quadro de referências e demais autores pertinentes - com o objetivo de encontrar categorias semelhantes, utilizadas na construção do arcabouço teórico do tema.

Quadro 1: Aproximações de Categorias Teóricas entre Gestão Social e Tecnologia Social

| Gestão Social | Autores | Tecnologia Social | Autores |
|--|---|--|--|
| Decisão Coletiva/ Cidadania e Democracia Deliberativa | França Filho (2008); Tenório (2006; 2008b); Cançado, Pereira, Tenório (2015) | Cidadania Deliberativa/ Decisão do Coletivo | Rodrigues e Barbieri (2008); Dagnino (2014a) |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Redes | Fischer e Melo (2003,2006) | Rede de TS/ Tecnologia em Rede | Otterloo (2009); Dagnino, Brandão, Novaes, (2004) |
| Políticas Públicas/ Políticas Sociais | Tenório (1998, 2006, 2008b) | Políticas Públicas/ Políticas Sociais | Thomas (2009); Fonseca (2009) |
| Economia Solidária | Oliveira, Caçado, Pereira (2010); Caçado, Pereira, Tenório (2011) | Economia Solidária/ Cooperativismo | Dagnino(2014a,2014b) ; Rodrigues e Barbieri (2008) |
| Dialogicidade/ Dialógica | Caçado, Pereira, Tenório (2015, 2011); Tenório (1998,2008b) | Rede dialógica/ Diálogo | Instituto de Tecnologia Social - ITS (2004) |
| Transparência | Oliveira, Caçado, Pereira (2010); Caçado, Pereira, Tenório (2011); Schommer e França Filho (2008) | Conhecimento Disponibilizado/ Conhecimento Disponível | Freitas e Segatto (2014); Rodrigues e Barbieri (2008) |
| Emancipação/ Empoderamento | Caçado, Pereira, Tenório (2015, 2011); Caçado (2011); Tenório (1998) | Emancipação/ Empoderamento | Rodrigues e Barbieri (2008); Freitas e Segatto (2014); Jesus e Costa (2013) |
| Esfera Pública | Oliveira, Caçado, Pereira (2010); França Filho (2008); Tenório (2008b) | Esfera Pública/ Espaço Público | Thomas (2009) |
| Solidariedade | Tenório (2008b); Caçado, Pereira, Tenório (2015) | Solidariedade | Dagnino (2014a) |
| Autogestão | Caçado, Pereira, Tenório (2015, 2011) | Autogestão/ Empreendimentos Autogestionários | Dagnino(2004;2014a); Dagnino, Brandão, Novaes, (2004) |
| Racionalidade comunicativa | Tenório (1998) | Racionalidade democrática | Dagnino (2007) |
| Sustentabilidade/ Responsabilidade socioambiental | Caçado, Pereira, Tenório (2015) | Sustentabilidade/ Desenvolvimento Sustentável | Otterloo(2009);Freitas e Segatto (2014); Dagnino (2014a) |
| Interesse Público/ Interesse bem compreendido | Oliveira (2012); Tocqueville (2005); Caçado, Pereira, Tenório (2015) | Interesse Social/ Interesse Público | ITS (2004) |

Fonte: Elaborado a partir de Caçado, Pereira e Tenório (2015)

A partir dessas inter-relações estabelecidas entre TS e GS (Quadro 1) serão trabalhadas aqui aquelas que permitem inferir constructos essenciais para a consolidação dos termos: decisão coletiva; dialogicidade; emancipação; interesse público; e suas variações. A GS mostra-se como uma alternativa teórica e prática ao discurso hegemônico da gestão estratégica, que destaca a luta de classes (CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2011). A TS, por sua vez, surge como resposta a tecnologia convencional, aquela produzida também dentro das relações capitalistas dominantes, que visa a maximização dos lucros das empresas privadas e que não se propõe a inclusão social (DAGNINO, 2004; FONSECA, 2009). Portanto, aqui já são evidenciadas as primeiras aproximações no que tange aos interesses e valores que fizeram dar espaço ao campo da GS e seus desdobramentos em aplicação de TS. Ambos os temas foram

construídos para explorar alternativas mais palpáveis para aqueles indivíduos distantes da realidade proposta pelos caminhos tradicionais de gestão, utilitaristas e autoritários.

A partir do entendimento de que a TS funciona como uma ferramenta prática e palpável para a consolidação da GS, é possível expandir as análises dos demais constructos mencionados. Cançado, Pereira e Tenório (2015, p.15) abordam dentro de um amplo espectro várias das categorias teóricas relevantes para o conceito da GS quando afirmam ser ela “um processo dialético de organização social próprio de uma esfera pública democrática, intersubjetiva e dialógica, guiada pela ação racional substantiva, a partir da relação entre interesse bem compreendido e emancipação”.

Segundo os autores supracitados, a GS incita uma tomada de decisão coletiva, democrática, dialógica e que visa ao interesse comum. Em igual teor, quando visitamos os estudos sobre TS, nos deparamos com a necessidade de promoção de diálogos, de modo que as partes interessadas da sociedade sejam ouvidas no processo de decisão (ITS, 2004). No que tange a democracia, no contexto da TS também há a promoção da cidadania deliberativa, como elemento político central de um desenvolvimento sustentável autêntico (RODRIGUES E BARBIERI, 2008; DAGNINO, 2014a). Ainda, Tenório (2008b) ressalta que decisões políticas se tornam legítimas quando derivadas de processos de discussão, com base nos princípios de inclusão, pluralismo e igualdade participativa.

Assim como a GS, a TS percorre o interesse público (social) e contribui para a emancipação do indivíduo. O objetivo pelo interesse público mostra-se nitidamente estampado pelo Instituto de Tecnologia Social, que já fora protagonista do campo, uma Oscip, cuja própria tradução já revela ser essa uma Organização da Sociedade Civil, cujo Interesse é Público (ITS, 2004). E é esse mesmo interesse público não estatal o objetivo fim das práticas empenhadas pela GS. Por fim, como afirmam Freitas e Segatto (2014), quanto à emancipação, o indivíduo no processo de promoção da TS deixa de ser um mero espectador, como já acontece na GS. Esse ator, de forma empoderada, além de obter um papel de tomador de decisão, vislumbra a possibilidade de obtenção da própria renda, a partir das oportunidades de inserção em seu contexto social. Esse indivíduo ao participar do processo dialógico entre diferentes sujeitos, amplia sua visão de mundo e amadurece sua compreensão de assuntos compartilhados com o grupo.

5 Conclusões

Abordagens ocidentais dominantes que determinam os paradigmas vigentes da gestão estratégica se desvencilham das necessidades demandadas pela sociedade, enquanto poder emergente. Em meio as abordagens de Gestão Social e Tecnologia Social propostas neste ensaio teórico, o indivíduo se transforma - antes submisso e relegado a uma posição distante das causas políticas e sociais, e agora, um sujeito ativo, que exige do Estado e também participa dos movimentos pertinentes à promoção do bem comum.

Buscou-se propor neste trabalho uma aproximação teórica conceitual entre Tecnologia Social e Gestão Social. Nesse sentido, a origem e desenvolvimento da temática Gestão Social emergem como uma solução apropriada para uma nova forma de gerir, que se adequa a essa nova realidade. O indivíduo, representado pela sociedade e seu papel, que em tese, deveria ser de protagonismo em sua relação com o Estado, tem nessa concepção teórica da Gestão Social, novas possibilidades dentre uma esfera pública dialógica e deliberativa. A Tecnologia Social ao se apresentar como uma metodologia em transformação defende também, que a sociedade precisa assumir seu papel transformador na busca por soluções, no caso tecnológicas, mas que se ressignificam por meio da inserção social nessa busca.

Dessa maneira, em uma nova conjuntura, a Tecnologia Social, em substituição às técnicas e conhecimentos comumente voltados para a intensificação das lideranças de mercado, volta seus olhares para aquelas comunidades esquecidas e que sozinhas desenvolvem suas próprias soluções. Assim a Tecnologia Social, enquanto promotora de ferramentas que transformam realidades sociais, se propõe a intervenções que buscam estar, o mais próximo possível, ao adequado da realidade social.

Em comparação à Tecnologia Convencional tem-se na Tecnologia Social e sua proposta inovadora a possibilidade de um ponto de inflexão a partir do uso de técnicas e metodologias para promover a inclusão social e melhorias na qualidade de vida de uma população historicamente subjugada por um Estado pautado na exclusão. Tal perspectiva se alinha às premissas da Gestão Social que em seu cerne, defende dialogicidade, emancipação e deliberação coletiva.

Compreende-se que o presente estudo apresenta limitações, requerendo maior aprofundamento, com a intenção de se alcançar um quadro teórico mais consistente e um panorama robusto entre os temas que aqui se propôs uma aproximação, ainda com possibilidades futuras de verificação em propostas empíricas.

Referências

- AGUIAR-BARBOSA, A. P.; CHIM-MIKI, A. F. Evolução do Conceito de Gestão Social (1990-2018): Uma Análise de Copalavras. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 80, p. 1-22, 2020.
- ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O Resgate de um Termo. In: OTTERLOO, Aldalice. [et al.] orgs. **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília: RTS, 2009. p. 14-23.
- CAMPOS, M. de S.; SILVA, L. L. Gestão Social, Economia e Solidariedade: Habermas, Polanyi e o paradigma do mercado autorregulado. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO**, 44., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=Mjg5MTQ=>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2011.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 5, n. 1, 2015, p.4-19.
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, art. 1, p. 681-703, 2011.
- CANÇADO, A. C.; VILLELA, L. E.; SAUSEN, J. O., *Social Management And Strategic Management: Reflections On The Differences And Approaches Of Concepts*. **Revista de Gestao Social e Ambiental**, vol. 10, no. 3, 2016.
- DAGNINO, R.; BRANDAO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social: tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.
- DAGNINO, R. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014a, pp. 113-152.
- DAGNINO, R. Mais insumos metodológicos para a análise, a pesquisa e o desenvolvimento de Tecnologia Social. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014b, pp. 153-184.
- DAGNINO, R. **Um debate sobre a tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**. Campinas: Unicamp, 2007.
- DUQUE, T. O. ; VALADÃO, J. A. D. Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (UFF)**, v. 11, p. 1-19, 2017.
- FISCHER, T. M. D; MELO, V. P. Gestão Social do Desenvolvimento e Interorganizações. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 2003, Salvador. Anais..., Salvador: **CIAGS/UFBA**, 2003. 1 CD ROM.
- FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva. In FISCHER, T. M D.; ROESCH, S.; MELO, V. P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, p.13-41, 2006.
- FONSECA, R. Tecnologia e democracia. In: **Rede de Tecnologia Social (RTS)**. (Org.). **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília, DF: [s.n.], 2009.
- FRANÇA FILHO G. C. de. Definindo Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da teoria crítica da tecnologia. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 302-320, jun. 2014.

ITS – INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p.117-34.

JESUS, V. M. B.; COSTA, A. B. (Org.). Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, A. B. (Org.). **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2013. Cap. 1. p. 17-31.

LEMOS, M. A. C.; DECHANDT, S. G. The Social Technology Network: Analysis of the Articulation In Light of the Social Management Concept. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 513-534, 2019.

NOVAES, H.; DIAS, R. Contribuições ao Marco Analítico Conceitual da TS. In: DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, São Paulo: IG/UNICAMP, 2009.

OLIVEIRA, V. A. R. ; CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto . Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 8, p. 613-626, 2010.

OLIVEIRA, V. A. R. **Interesse público, gestão pública e gestão social: significados e conexões**. 2012. 141 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

OTTERLOO, A. A Experiência da Rede de Tecnologia Social (RTS). In: Otterloo et al. (Org.). **Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade**. Brasília (DF): Gráfica Brasil; 2009.

POZZEBON, M.; FONTENELLE, I. A. Fostering the post-development debate: the Latin American concept of tecnologia social. **Third World Quarterly**, [s. l.], v. 39, n. 9, p. 1750–1769, 2018.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da Tecnologia Social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Rev. Adm. Pública**, v. 42, n. 6, p. 1069-94, nov./dez. 2008.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P.C. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, p. 231-254, 2020.

TENÓRIO, F. G. ARAÚJO, E. T. Mais uma vez o conceito de gestão social. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 18, nº 4. Rio de Janeiro, 2020.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista Administração Pública**, v.40, n.6, dez., 2006.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set/out. 1998.

TENÓRIO, F.G. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres et al. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008b.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2008a.

THOMAS, H. E. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: In: OTTERLOO, Adalice [et al.]. **Tecnologias Sociais. Caminhos para a sustentabilidade**. – Brasília/DF: s.n, 2009. p. 25-81.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
VANDENBERGHE, F. **Gestão Social: Um Campo Práticas Em Busca De Teorias**. **Cadernos de Gestão Social**. v.6, n.1, jan./jun. 2015.

De